

**LIII -****REFLEXÕES SOBRE O PROGRAMA UNIVERSIDADE  
PARA TODOS NO ESTADO DA BAHIA (2004-2018)****Rosa Helena Ribeiro Teixeira**

Faculdade de Educação - Universidade Federal da Bahia

[rosa-ribeiro@hotmail.com](mailto:rosa-ribeiro@hotmail.com)**Marta Lícia Teles Brito de Jesus**

Faculdade de Educação - Universidade Federal da Bahia

[marta.licia@ufba.br](mailto:marta.licia@ufba.br)**INTRODUÇÃO DO PROBLEMA**

Este trabalho apresenta uma pesquisa em andamento, cujos primeiros produtos foram a apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso e a elaboração de um anteprojeto de mestrado, ele tem como objetivo discutir as possíveis contribuições do Programa Universidade Para Todos (UPT) para o acesso de estudantes de escolas públicas na educação superior no Estado da Bahia.

O UPT é uma ação governamental criada em 2004, como parte do Programa Faz Universitário, o qual integra o Programa de Educação Tributária do Estado da Bahia (PET/BA), uma política que abate Impostos Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) das empresas que contribuem com recursos, através da Lei 7.979/01, 8.080/01 e 8.583/03. Sua criação é datada por uma demanda dos estudantes da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que já ofereciam um curso pré-vestibular na comunidade e, a partir, do movimento de greve de professores e estudantes da IES reivindica à Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC/BA) a oferta de um curso com uma abrangência maior e mantido pelo governo do Estado.

Diante do exposto, pergunta-se: o UPT pode ser considerado uma ação relevante de uma política pública de democratização do acesso a educação superior no Estado? Do ponto de vista do tempo de existência da ação, ela já ocorre há 15 anos. Além disso, observa-se a continuidade de suas ações, sem interrupção, em governos que guardam entre si

particularidades e mesmo orientações e perspectivas diferentes: o governo de Paulo Souto (2003-2007) filiado ao PFL, atual Democratas (DEM), a gestão de Jaques Wagner (1º mandato 2007-2011, 2º mandato 2011-2015) e o governo de Rui Costa (2015-2018), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT).

## DESENVOLVIMENTO

O UPT é uma ação executada, mediante convênio, sob a coordenação da SEC/BA, por quatro universidades estaduais baianas, através da oferta de curso pré-ENEM, módulos, orientação vocacional e avaliação de conhecimento dos estudantes.

A pesquisa ancora-se numa abordagem qualitativa e sua metodologia pautou-se na realização de uma extensa pesquisa bibliográfica e documental. Na pesquisa documental, a coleta de dados deteve-se nos planos, relatórios e documentos normativos. Na pesquisa bibliográfica, a coleta de dados analisou teses, dissertações e artigos sobre o referido Programa.

Quanto à oferta e seleção de estudantes/cursistas do UPT, apesar de ainda não termos a consolidação do número de atendidos desde a sua criação, necessário para a construção de uma série histórica, só para se ter uma ideia da abrangência do Programa, segundo dados pesquisados, em 2018 foram disponibilizadas 14.000 vagas e o programa teve 25.490, distribuídos em 172 municípios do Estado, 26 territórios de identidade e 236 locais de funcionamento.

No que diz respeito à avaliação do UPT, a documentação indica a criação do Conselho de Acompanhamento e Avaliação (COAV) composto por sete membros fixos e sete membros suplentes designados pelo governador: dois representantes da SEC, um representante da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ), um representante de cada uma das universidades envolvidas na execução da ação. Sobre o financiamento do Programa, a documentação consultada (relatórios, planos e decretos) deu poucas pistas do montante utilizado para o desenvolvimento da ação.

O UPT é realizado no contexto de urgência do nascimento de uma proposta de democratização do acesso a educação superior no Estado, o qual caminha junto a reivindicação histórica do caráter excludente da educação superior, especialmente, a exclusão das camadas populares, sobretudo, pobres negros e negras, os quais não conseguem acessar essa etapa da educação. Para Zago (2008) as políticas de expansão da educação superior não acompanharam o acesso de egressos do ensino médio público:

Podemos verificar, nos últimos anos, uma intensificação da demanda pelo ensino superior entre os jovens de baixa renda, mobilização não isenta de contradições uma vez que as políticas de expansão mediante a privatização do ensino superior brasileiro não favoreceram o acesso dos egressos do ensino médio que dependem essencialmente do ensino público. (p.150)

Segundo Ortega (2001) o ensino médio brasileiro sempre oscilou na dualidade do ensino profissionalizante, majoritariamente de baixa qualidade, para os estudantes mais pobres enquanto a escola voltada para a educação superior pertencia às elites. A preparação do estudante de ensino médio em escolas particulares é para o ingresso em uma universidade pública enquanto para os estudantes de escolas públicas não existem orientações específicas nesse sentido.

Nos últimos 20 anos, o Brasil passou por um período de crescimento no número total de matrículas na educação superior. Mancebo, Vale e Martin (2015) chamam a atenção para os dados de matrículas nas instituições privadas e públicas, mostrando que no período de 1995 a 2010, nos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva, as matrículas nas IES privadas cresceram 347,15% enquanto nas IES públicas esse número foi de 134, 58%. O número de vagas foi alargado, porém, as desigualdades no acesso ainda se mantêm (Zago, 2008). Vários esforços foram observados para que os jovens de escolas públicas e de camadas populares pudessem transpor essa barreira.

Os cursos pré-vestibulares populares se apresentam como uma iniciativa importante para inclusão da população excluída da educação superior. Tais iniciativas foram intensificadas a partir da década de noventa do século passado e são fruto de demanda coletiva de iniciativa dos movimentos sociais e de coletivos voltados para reunir jovens de origem popular interessados em dar continuidade aos estudos, após a finalização do ensino médio (FILHO, 2003; ZAGO 2008). No entanto, quando esta iniciativa passa a envolver um número maior de estudantes e configura-se como parte de uma política pública é preciso refletir sobre seu impacto e suas contribuições na vida dos envolvidos, no que diz respeito à democratização do acesso à educação superior, das políticas afirmativas e o papel do Estado nesse contexto e não apenas dos movimentos sociais.

## CONCLUSÕES

Quanto às considerações deste trabalho, o UPT se coloca enquanto uma via possível para jovens negros das camadas populares e estudantes de escolas públicas ingressarem na educação superior, visto que a Educação Básica não os prepara para dar continuidade aos estudos, após a conclusão do ensino médio. O UPT pode diminuir a probabilidade de esses estudantes permanecerem excluídos da educação superior, muito embora a literatura pesquisada aponte necessidade de ajustes na execução do UPT. Por fim, espera-se com este estudo estimular outras produções, através de um olhar mais específico para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de políticas públicas educacionais focalizadas.

## REFERÊNCIAS

BAHIA. **Lei 7.979 de 05 de dezembro de 2001.** Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para financiamento de projetos no âmbito do Programa de Educação Tributária, inclusive o patrocínio de bolsas de estudo e bolsas-auxílio universitárias e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto 8.080 de 11 de dezembro de 2001.** Regulamenta os incisos I e II do artigo 2º da Lei nº 7.979/01 que passa a ser denominado Programa Estadual de Incentivo à Formação Universitária Faz Universitário e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto 8.583 de 14 de julho de 2003.** Aprova o regulamento do programa Faz Universitário vinculado ao Programa de Educação Tributária do Estado da Bahia.

\_\_\_\_\_. **Decreto 9.149 de 23 de julho de 2004.** Aprova o novo regulamento do Programa Faz Universitário vinculado ao Programa de Educação Tributária do Estado da Bahia, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 17.610 de 18 de maio de 2017.** Altera o Artigo 5º do Regulamento do Projeto Faz Universitário Vinculado Ao Programa De Educação Tributária Do Estado da Bahia, Aprovado Pelo Decreto nº 9.149, de 23 de julho de 2004.

FARIAS, Maria Auxiliadora Ornellas. **Projeto universidade para todos:** política pública na direção da igualdade de oportunidades ao acesso à educação superior. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Salvador, 2010.

FILHO, Penildon Silva. **Cursos Pré-Vestibulares populares em Salvador:** Experiências educativas em movimentos sociais. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2003, Salvador, 218f.

LEÃO, Geraldo. O que os jovens podem esperar da reforma do ensino médio brasileiro? **EDUR Educação em Revista**, nº34, 2018.

ZAGO, Nadir. Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas. **Perspectiva**, Florianópolis, v.26, n.1, 149-174, jan/jun, 2008.